



REFLEXÃO SOBRE POLÍTICA(S) DE LÍNGUA: UM ESTUDO A PARTIR DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DE RESTINGA SÊCA

Ana Paula Elsner (UFSM)
anapaulaelser@gmail.com

Larissa Montagner Cervo (DLV/UFSM)
laricervo@gmail.com

RESUMO: Em nossa pesquisa, objetivamos refletir a respeito da(s) política(s) de língua que incidem no modo como a língua e a memória dos sujeitos significam e são postas em funcionamento na constituição das comunidades quilombolas Rincão dos Martimianos e São Miguel dos Pretos, situadas no município de Restinga Sêca/RS. Para tanto, tomaremos como ponto de partida o modo como a Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho, localizada na comunidade São Miguel dos Pretos, orienta seu trabalho em relação à língua e a memória dos sujeitos. Observaremos duas instâncias de significação política dessa relação: uma a partir do modo como a cultura afro-brasileira é apresentada no livro didático de uma das turmas da escola, e outra a partir da comemoração anual relativa ao Dia da Consciência Negra. A perspectiva teórico-metodológica empreendida segue os pressupostos da Análise de Discurso (AD).

PALAVRAS-CHAVE: Política(s) de Língua; Sujeito; Língua; Memória; Quilombo.

ABSTRACT: The objective of the research was to reflect on the language policies that affect how the language and the memory of the subject make meaning and are put into action in the constitution of the quilombo (former fugitive slave communities) communities of Rincão dos Martimianos and São Miguel dos Pretos located in the city of Restinga Sêca, RS (Brazil). In order to do so, we as a starting point investigate how the Municipal Elementary School Manuel Albino Carvalho located in the community of São Miguel dos Pretos guides their work in relation to language and memory of the subjects. We observed two instances of political significance of this relationship: one from how the African-Brazilian culture is presented in the textbook of one of the school classes, and another from the annual celebration regarding Black Awareness Day. The theoretical and methodological perspective undertaken is based on the assumptions of Discourse Analysis (DA).

KEY WORDS: Language Policy; Subject; Language; Memory; Quilombo.

1 Introdução

Neste trabalho, temos por finalidade refletir acerca da(s) política(s) de língua que incidem no modo como a língua e a memória dos sujeitos significam e são postas em funcionamento, hoje, na constituição dos quilombos do município de Restinga Sêca, RS, Rincão dos Martimianos e de São Miguel dos Pretos.



A apresentação de poucos estudos sobre Análise de Discurso (AD) relacionados às comunidades quilombolas do município de Restinga Sêca, focando na língua e memória que constituem, dentro e fora do quilombo, o sujeito, justificam a realização deste trabalho. O qual foi originado a partir da disciplina de Políticas de Língua, ministrada no ano de 2014, no Curso de Bacharelado em Letras, pela professora Larissa Montagner Cervo, que sugeriu para a turma um trabalho final relacionado com a questão da língua. No término da disciplina, tomada pela curiosidade, notei que haviam questões históricas que poderiam ser aprofundadas e esclarecidas com considerações teóricas, isto é, história, língua, sujeito, conceitos basilares para este trabalho e propostos pela Análise de Discurso. Com isso, procurei a professora para fazer parte de seu grupo de pesquisa, intitulado: *Política(s) de língua entre a história e a memória*, o qual tem como uma das áreas de abrangência a Análise de Discurso (AD), foi o ponto chave para o desenvolvimento da pesquisa teórica.

À primeira vista, ao delimitar e estabelecer tal objeto, é importante destacar, conforme Orlandi (1998), que a Política Linguística e/ou Política de Línguas está na ordem do Estado, da administração dos sentidos e das relações entre as línguas, e que existem alguns pressupostos necessários para essa reflexão: as línguas não são homogêneas; e existe uma relação língua/discurso que pode ser notada pelo fato de, em um mesmo espaço de enunciação, podermos falar diferente uma mesma língua (ORLANDI, 1998). Sendo assim, não há “possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político” (ORLANDI, 2007, p.8).

A fim de esclarecer sobre as questões da língua, diversas possibilidades podem ser consideradas, como de que a língua dos primeiros negros habitantes dos quilombos persistem enquanto rituais culturais e/ou como materna ou que tenham sido silenciadas ao longo da história por políticas de língua diversas. Como é o caso das políticas de língua praticadas na ditadura e/ou do funcionamento impositivo da língua nacional, ensinada nas escolas, tal como a localizada no interior dos quilombos, restando, nesse último caso, a língua apenas sob a forma de vestígios próprios de “marcas discursivas orais” (SCHERER, 2006). Com isso, a partir de aportes teóricos baseados na Análise de Discurso, interessa-nos o modo como a língua e a memória significam na constituição e



no funcionamento atual do quilombo de Rincão dos Martimianos e na comunidade quilombola de São Miguel dos Pretos.

2 Objetivo

Nosso objetivo, neste trabalho, é refletir a respeito da(s) política(s) de língua que incidem no modo como a língua e a memória dos sujeitos significam e são postas em funcionamento na constituição das comunidades quilombolas de Restinga Sêca, Rincão dos Martimianos e São Miguel dos Pretos, atualmente. Especificamente, o que nos interessa na constituição destas comunidades afro-brasileiras é a relação com a escola, ou seja, como a escola localizada no interior das comunidades, a Escola Municipal de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho, orienta seu trabalho em relação à língua e a memória dos sujeitos do quilombo. Partindo disso, observaremos duas instâncias de significação dessa relação: uma é o livro didático de uma das turmas e outra é a comemoração anual relativa ao Dia da Consciência Negra.

Uma das instâncias de análise é o livro didático do 4º ano, fornecido pelo Ministério da Educação e intitulado “Girassol: Saberes e Fazeres do Campo”. O livro abrange conteúdos das disciplinas de Língua Portuguesa, Geografia e História, e nós nos interessaremos pelo rol de conteúdos de Língua Portuguesa, bem como pela parte de História, mais especificamente o momento em que se apresenta a história da origem étnica dos afro-brasileiros. Em seguida, partiremos para a reflexão sobre a comemoração anual relativa ao Dia da Consciência Negra. A(s) parte(s) do livro em que é/são feita(s) referências ao sujeito afro-brasileiro e ao modo como essa comemoração se constitui e é realizada serão os objetos de pesquisa analisados.

3 Metodologia

O percurso deste trabalho se constitui de dois momentos fundamentais. O primeiro momento subdivide-se em dois movimentos: 1º) inicialmente será elaborada uma descrição da comunidade negra rural de São Miguel dos Morenos e da comunidade quilombola Rincão dos Martimianos, a partir da história de sua formação e da questão



legal dos quilombos como territórios de preservação cultural. Esse percurso inicial faz-se necessário para que seja realizada a associação da parte teórica com a descrição das comunidades e para que se possa compreender como significam a(s) política(s) de língua na constituição da língua e da memória dos sujeitos que vivem nesses espaços e que frequentam a escola; 2º) a seguir, será apresentado o quadro teórico a ser analisado, ou seja, serão considerados os conceitos essenciais à questão teórica, com a finalidade de compreender sobre a(s) política(s) de língua que estão em funcionamento na constituição da língua e da memória dos sujeitos que vivem nas comunidades quilombolas de Restinga Sêca. Propõe-se uma leitura teórica a partir de Orlandi (1998; 2002; 2005; 2007; 2009), Scherer (2006), Payer (2009), Cervo (2012), entre outros autores.

Em um segundo momento, objetiva-se identificar, na presença do livro didático fornecido pelo Ministério da Educação (MEC) e escolhido pelos professores da escola em questão, como o trabalho da escola é orientado em relação à língua e a memória dos sujeitos afro-brasileiros. Além disso, também será considerada a comemoração anual relativa ao Dia da Consciência Negra, que é desenvolvida em uma semana na escola, com a participação de autoridades do município, outras escolas e moradores das comunidades Rincão dos Martimianos e São Miguel dos Pretos.

4 Fundamentação Teórica

Língua é uma ferramenta não só de comunicação, mas também de singularização do sujeito. Em relação aos modos de funcionamentos e valores políticos, podemos distinguir língua materna de língua nacional. Segundo Payer (2009), a língua nacional se constitui como elemento significante através do qual o Estado Nacional concretiza seu ideal de unidade, difundindo a ideia de unidade linguística, sendo ligada ao Estado e ao saber gramatical. Já a língua materna, conforme autora (2009), funciona como uma memória histórica de uma língua que foi apagada, mas que se mantém, prolixamente, e que se restabelece na língua constituindo o sujeito da linguagem.

Na Análise de Discurso, a língua é conceituada a partir de duas ordens de funcionamento: imaginária e fluida. Estas duas ordens constituem a relação do sujeito com a língua. Com isso, consideramos língua imaginária e língua fluida com base em Orlandi (2002, p. 22): “A língua imaginária é a que os analistas fixam com suas sistematizações e a língua fluida é a que não se deixa imobilizar nas redes de sistemas e formas”.

A língua imaginária é a língua sistema que os analistas da linguagem, os linguistas, produzem historicamente e que faz parte do imaginário dos sujeitos. É a língua modelo, ideal, gramatical, não fragmentada, “que faz com que elas (línguas fluidas) percam a fluidez e se fixem em línguas-imaginárias” (ORLANDI, 2009, p. 18).

A língua fluida é, em resumo, a contraparte da língua imaginária, ou seja, é a língua do movimento, da contínua mudança, que não pode estar contida em um sistema de normas, como a imaginária, pois vai além das regras. Esta língua é a que podemos observar quando focalizamos os processos discursivos, através da história da constituição do sujeito, observando suas condições de produção e notando que não temos controle sobre a língua que falamos, pois ela não tem a unidade que imaginamos. É um des-limite (Ibid.). Orlandi (2005, p. 29) estabelece uma distinção entre estas diferentes ordens de uma mesma língua, afirmando: “é assim que distingo entre língua fluida (o brasileiro) e a língua imaginária (o português), cuja tensão não pára de produzir os seus efeitos”.

Orlandi e Souza (1988), em *Língua imaginária e língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem*, consideram que a língua fluida é a língua do coloquial, do “tortuoso”:

A língua fluida é a que pode ser observada e reconhecida quando focalizamos os processos discursivos, através da história da constituição de formas e sentidos, tomando os textos como unidade (significativas) de produção (Ibid., p. 34).

As línguas imaginárias “são as línguas-sistemas, normas, coerções, as línguas instituições. É a sistematização que faz com que elas percam a fluidez e se fixem em



línguas imaginárias” (ORLANDI; SOUZA, 1988, p. 28). Com isso, a língua imaginária é a língua do padrão, do adequado e da escrita.

Orlandi (2009) afirma que apresentamos em nosso imaginário a impressão de uma língua com unidade, sobre a qual podemos ter controle. Porém, o controle da língua só existe enquanto efeito, porque a língua “é profundidade e movimento contínuo” (Ibid. p. 18).

Em relação ao nosso objeto de estudo, entendemos que o ser sujeito está imbricado nessa relação política entre os funcionamentos da língua. De um lado, observamos a constituição do sujeito a partir da subjetivação à língua nacional/oficial e à escola. De outro, observamos as práticas cotidianas do sujeito, que refletem a mescla com a língua dos escravos, hoje crioulo, e com as memórias de um passado que não condiz com as memórias da língua nacional.

Considerando que há, na formação do sujeito dos quilombos, uma tensão entre língua materna e língua nacional, consideramos interessante observar, a partir do levantamento de Payer (2009) em relação ao imigrante italiano no Brasil, dois estatutos de memória significados a partir desse conflito político entre línguas. Um deles é a memória constitutiva que, em nosso trabalho, significa na própria língua falada pelo sujeito do quilombo. O crioulo, mistura do português com línguas africanas, é a marca histórica e identitária do sujeito. A memória da escravidão, das origens, está presente materialmente na estrutura, nas construções sintáticas, nos elementos de memória que não são necessariamente expostos ao falante, mas que soam como evidências da própria linguagem.

Outro modo de funcionamento da memória na língua, conforme Payer (2009), é a memória representada, que opera quando o falante identifica os elementos característicos da língua em circunstâncias em que pode representar componentes da sua língua de acordo com o sistema de uma alteridade em relação ao português. A circunstância de falar uma língua, o cantar, as expressões que a acompanham, a repulsa de seus traços, a preocupação de não errar sua língua nacional, integram a identificação do sujeito como marcas no funcionamento da memória histórica (PAYER, 2009).

Para tratar dessa relação teoricamente, é importante refletir sobre as formas da política de língua, porque este conceito nos encaminha a diferentes formas de interpretação da relação língua versus sujeito, portanto, línguas versus memórias. Segundo Orlandi (2002, p. 95):

Falar é uma prática política no sentido amplo, quando se consideram relações históricas e sociais do poder sempre inscritas na linguagem. Paralelamente a esta forma geral de presença do político na linguagem, nós podemos considerar uma noção mais restrita, mais técnica [...].

A citação de Orlandi demonstra que haverá sempre sentidos distintos a atribuir quando tratarmos de política linguística, conduzindo-se de uma presença “do político na linguagem”, até a consideração de processos institucionais presentes de forma subjacente nos diferenciados funcionamentos das línguas (ORLANDI, 2002). A esta multiplicidade de perspectivas, afirma Orlandi (Ibid. p. 95):

[...] pensamos a política linguística a partir de três posições distintas: 1. As políticas linguísticas como razões do Estado, das Instituições que apresentam a questão da *unidade* como valor [...]; 2. As políticas linguísticas como razões que regem as relações entre povos, entre nações, Estados: a questão da *dominação* como valor [...]; 3. As políticas linguísticas como razões relativas aos que falam as línguas: a questão da *diversidade* como valor.

Orlandi fundamenta que a Política Linguística está na ordem do Estado, da administração dos sentidos e das relações entre as línguas, e que existem alguns pressupostos necessários para essa reflexão: as línguas não são homogêneas; e existe uma relação língua/discurso que pode ser notada pelo fato de falarmos diferente, mas a mesma língua (1998). Sendo assim, não há “possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político” (Ibid. 2007, p.8).

Essa heterogeneidade da língua e a sua relação com o discurso (ORLANDI, 2007) nos faz pensar que é pela língua e a partir da relação entre língua e línguas que nos expomos, que somos identificados (CERVO, 2012), com base no que produzimos, como dialetos, rimas, vozes, gestos, sotaques. Conforme Scherer (2006, p.18):

Falar pela voz, marcado pela região, é de certa forma uma maneira de dizer, de pronunciar, diria um cientista da fonética, é uma pronúncia reconhecida como sendo própria às pessoas de uma região, de um estado. Para nós, essa pronúncia é marcada discursivamente, e aí entra o político, porque as marcas discursivas dessa voz são constituídas pela diferença no falar e eticamente marcadas pelo outro na minha língua. Na verdade não se pode separar a pronúncia dessa língua no discurso que a realiza. As questões que se colocam não só da ordem da fonética, da sintaxe e da morfologia, porque, se eu pensar assim, eu estarei separando, discriminando socialmente esse sujeito.

A língua é como nossa roupagem, um símbolo do sujeito (CERVO, 2012). Isso pressupõe considerarmos, de um lado, o fato de que nosso país é multifacetado. Se transitarmos de uma região para outra, notaremos que não apresentamos a mesma forma de nos portar linguisticamente. Com isso, poderíamos afirmar que falamos a língua oficial e nacional de nosso país, mas falamos de forma diferente, “diferentes formas de dizer, diferentes formas de se escutar (SCHERER, 2006, p. 13). De outro, percebemos que não são apenas as diferenças entre uma mesma língua que estão em funcionamento, e sim, também, que várias línguas podem estar em funcionamento no mesmo espaço de enunciação. Se o país é multifacetado, é porque nele os sujeitos significam por diferentes línguas, apesar de todos subjetivarem-se, enquanto cidadãos, pela língua nacional.

Tal questão nos importa à medida que o sujeito do quilombo é atravessado em sua constituição por diferentes memórias: a memória da língua nacional, ensinada pela escola, e a memória da língua materna, a língua de casa, a língua dos ritos, dos cantos, da oralidade, que é carregada de vestígios de uma história e de memórias outras. Postas em relação e funcionamento, esses modos de significar pela língua vão se constituindo de traços que singularizam o sujeito como alguém a quem se preserva e se reserva em espaço típico de moradia, mas que, para se constituir cidadão, precisa se “despir” de seus particularismos históricos e aprender a língua nacional.

Uma das formas de política linguística atual sobre língua e memória que nos dá condição de refletir sobre o sujeito do quilombo e o próprio quilombo enquanto objetos de preservação cultural é a questão do patrimônio, que nos interessa tendo em vista que os quilombos são considerados patrimônio pela Constituição Federativa do Brasil de



1988 - Art. 68 (BRASIL, s. d.), e que a língua é considerada patrimônio pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003), denotando que o sujeito do morador do quilombo, suas memórias e histórias são tem valor de memória histórica.

A língua é considerada patrimônio cultural imaterial, a partir de 2003, quando a comunidade internacional adotou a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO, 2003). O patrimônio, segundo Cervo, remete “ao passado evocado pelo seu estatuto político-simbólico de herança, constitutiva do presente e do futuro, portanto um direito e dever de memória” (2012, p. 83). Ele é uma comprovação da existência de um objeto simbólico que é valorado pela memória (Ibid.).

Um patrimônio não se constitui somente como um objeto palpável, e sim como um discurso sobre a memória em que o objeto se inscreve (Ibid.). O patrimônio material é composto pela natureza, pelos monumentos, pelas construções, pelos acervos pessoais, e o imaterial é composto pelas práticas, pelos costumes e saberes que não podem ser materializados, mas que se inscrevem na história das tradições e memórias de um povo, quando repetidas (CERVO, 2012). Conforme Pfeiffer (2013, p. 239), sobre o nosso idioma, “não se pode guardá-lo em uma redoma de vidro”, pois a memória não pode ser assim guardada e estabilizada.

Considerando a classificação de patrimônio imaterial, a “língua é textualizada em associação a tradições e expressões orais” (CERVO, 2012, p. 85). Segundo Cervo (2012), uma interpretação possível dessa determinação seria a diferença entre o dito e o dizer. Ao recuperar a história da constituição do patrimônio imaterial, encontraremos as expressões e tradições orais do folclore, por exemplo. Assim sendo estaria considerando a produção literária, artística e cultural e os muitos acontecimentos da língua produzidos oralmente, como o canto, o dialeto, a rima, a reza, acontecimentos que são lembrados, revividos, o que vai de encontro à relação do sujeito do quilombo com sua língua materna.

O patrimônio imaterial significa uma releitura do remoto entendimento de que o simbólico seria voltado apenas a objetos que ficam expostos para serem observados e tocados, como igrejas, monumentos. Indo além desses elementos históricos estáticos,



consideramos também como patrimônio a língua e a sua memória, elementos que necessitam do sujeito para significar, e que só apresentam valor quando repetidos e vivenciados (CERVO, 2012). Com isso, a noção de patrimônio apresenta ligação com a língua enquanto roupagem (Ibid.), sendo um símbolo do sujeito, o qual se constitui a partir do que expusemos, agregando valor no presente e no futuro para a história como uma memória preservada.

5. Política(s) de Língua: o sujeito do quilombo entre a língua e a memória

O objetivo de nossa análise, como já foi referido introdutoriamente, é refletir a respeito da(s) política(s) de língua que incidem no modo como a língua e a memória dos sujeitos significam e são postas em funcionamento na constituição das comunidades quilombolas de Restinga Sêca, Rincão dos Martimianos e São Miguel dos Pretos, nos dias de hoje. Com isso, partiremos de uma análise da presença da escola nos quilombos a partir de duas instâncias: uma é o livro didático de uma das turmas da 4ª série e outra é a comemoração anual relativa ao Dia da Consciência Negra.

Para executarmos nossa análise será considerado o livro didático do 4º ano, da Escola de Ensino Fundamental Manuel Albino Carvalho, fornecido pelo MEC e intitulado “Girassol: Saberes e Fazeres do Campo”, das disciplinas de Língua Portuguesa, Geografia e História, em particular no capítulo da disciplina de História, que apresenta imagens dos afro-brasileiros. A escolha deste livro é justificada pela falta de acesso a outros materiais de séries mais avançadas da instituição e por apresentar as disciplinas de Língua Portuguesa, que conduz ao ensino da língua nacional, e de História, que remete ao imaginário da formação do grupo étnico de origem africana que prevalece nestas comunidades. As partes do livro, principalmente as imagens, em que são feitas referências ao sujeito afro-brasileiro serão os recursos analisados, a fim de que a teoria possa ser entendida na prática analítica.

O livro “Girassol: Saberes e Fazeres do Campo” é uma edição em que os seus conteúdos, de modo geral, são voltados para o conhecimento das áreas rurais. Isso se justifica pelo título do livro, pelo texto da contracapa, em que se lê: “As escolas de rede pública de ensino situadas em áreas rurais e participantes do Programa Nacional do

Livro Didático do Campo estão recebendo obras específicas, adquiridas e distribuídas pelo Ministério da Educação [...]”, e pelo seguinte trecho do texto de apresentação: “Escrevemos este livro [...] para você que vive no campo. O campo [...] é um espaço único, porém com diversidades [...] cada comunidade representa um mundo cultural e de trabalho” (CARPANEDA; BRAGANÇA; MIRANDA, 2012, p. 3).



Figura 1 – Capa do Livro “Girassol: saberes e fazeres do campo”.
Fonte: Girassol saberes e fazeres do campo, 4º ano. – 1. Ed. – São Paulo: FTD, 2012.

A saber, o livro em questão é especificamente voltado para o ensino-aprendizagem em escolas do meio rural, no caso de nossa pesquisa, as comunidades denominadas quilombolas. Orientar as práticas de sala de aula a partir de um livro voltado para a educação em um território específico pode ser produtivo, do ponto de vista dos aproveitamentos dos conteúdos para a vida dos sujeitos, mas também, por



outro lado, pode significar um meio de exclusão do sujeito do campo em relação ao sujeito de escola urbana, já que se limita o estudante do campo a um universo de conhecimento que são basilares, mas que são elencados tendo-se como parâmetro um imaginário do campo e um imaginário de abrangência e aplicação também limitado e condicionado pela geografia dos territórios. Trata-se, à primeira vista, de uma particularização do ser sujeito cidadão.

Baseado nesse processo em que, direta ou indiretamente, produz-se uma discriminação do sujeito que vive no meio rural, haja vista o imaginário de sua constituição e a determinação “do campo”, vale ressaltar o que Orlandi (2004, p. 11) afirma em relação à cidade como aquilo que determina sentidos para o campo: “[...] Nada pode ser pensado sem a cidade com um pano de fundo. Todas as determinações que definem um espaço, um sujeito, uma vida cruzam-se no espaço da cidade”.

Partindo para a leitura do livro didático “Girassol: Saberes e fazeres do campo”, na parte da disciplina de Língua Portuguesa, percorrendo-se o sumário, são encontrados conteúdos relacionados à interpretação e à produção de textos, ao aprendizado de novas palavras do dicionário, à acentuação, a algumas figuras de linguagem, à pontuação, a exercícios com enfoque na resposta oral (“Responda oralmente”), a substantivos, a adjetivos, a pronomes, a verbos. Esses conteúdos estão propostos com base prioritariamente no conhecimento gramatical da nossa língua, o que difunde, segundo Payer (2009), a ideia de unidade linguística, ligada ao Estado e à constituição do sujeito pelo viés da cidadania.

Na unidade de História, há conteúdos sobre a formação do Brasil, sobre campo e identidade cultural, sobre grupos étnicos, influências culturais, tradições populares, comunidades, conquista de território, escravização indígena, agricultura familiar, cidadania no campo, conquistas dos povos do campo. Se, na parte da Língua Portuguesa, o conteúdo inscreve-se em uma matriz gramatical e na noção de cidadania, portanto, de urbanidade pela escrita (ORLANDI, 2002), na unidade de História o enfoque do conteúdo é sempre voltado para o campo, não havendo recorrência alguma sobre a história de formação, por exemplo, de ambientes urbanos ou de fatos comemorados como símbolos da história nacional. Conta-se a história nacional pelo

viés da história do campo, o que, reafirmamos, por um lado, é interessante, mas, por outro, inscreve a diferença, porque separa e classifica os sujeitos de acordo com o território em que vivem.

Em específico, o que nos interessa é a abordagem da cultura afro-brasileira, por estarmos tratando de um contexto quilombola ou negro rural. Observe a figura 2, retirada do livro didático:



Figura 2 – Imagem e texto sobre samba de roda.

Fonte: Girassol saberes e fazeres do campo, 4º ano. – 1. Ed. – São Paulo: FTD, 2012.

Em se tratando dos afro-brasileiros, lê-se, na figura 2, o samba de roda como uma forma material de representação e identificação do povo, dentre seus hábitos, costumes, maneiras de cantar, dançar e festejar. Trata-se de uma prática de comemoração e preservação da cultura. Partindo do âmbito da preservação da cultura dos afro-brasileiros, é importante acentuar que, preservando a cultura, preserva-se um discurso sobre a memória em que as expressões, como a língua, a dança, inscrevem-se, isto é, constitui-se um patrimônio imaterial que é composto, segundo Cervo (2012), pelas práticas que não podem ser materializadas, mas que, quando reproduzidas, registram-se na história das tradições e memórias de um povo.




O modo como a figura 2 é referida no livro mostra que o material didático relaciona o sujeito do quilombo aos seus próprios costumes. Ao afirmar esse pressuposto, conclui-se que, ao se valorar a cultura, também se está valorando a língua e a memória da constituição do sujeito. Nesse ponto, percebe-se uma contradição em relação à abordagem de conteúdo feita no capítulo de Língua Portuguesa, pois enquanto em um se ensina a gramática da língua, pressupondo-se a cidadania e a urbanidade e, nesse processo, o silenciamento de línguas outras (no caso, o crioulo), no outro, na unidade de História, o foco está voltado para a memória do sujeito do quilombo, evocada pelo ritual simbólico do “samba de roda”, prática considerada folclórica.

Entre a escrita e o folclore ou o ritual simbólico, perpassam muitos aspectos de política(s) de língua. Tudo que é folclórico é restrito a um grupo, tem o valor do não-todo, ou melhor, do que tem unidade apenas no interior de um seletor grupo. A língua nacional, por sua vez, tem outro estatuto, significado a partir de um imaginário de coletividade nacional. A contradição instala-se na própria política de língua significada no direcionamento dos dois conteúdos: em um, não se tem a figura do negro e a sua língua, porque a língua nacional se constitui a partir de um conhecimento pressuposto como aquele que todos devem saber, porque representa a língua de todos; em outro, a figura do negro é constituída a partir de suas práticas culturais, o que pressupõe a sua língua, a memória e a história, o reconhecimento do não-todo, em um livro em que a cidadania é qualificada e, portanto, hierarquizada por uma política pública que divide os sujeitos e uma parcela do conhecimento em urbano, cidadão, e rural.

Com base na análise da presença da escola na comunidade negra rural, conduzimos nossa análise para a outra instância, que é a comemoração anual relativa ao Dia da Consciência Negra. O Dia da Consciência Negra é comemorado em 20 de novembro, dia escolhido como uma homenagem a Zumbi dos Palmares, que morreu lutando pela liberdade de seu povo no Brasil, em 1695 (BRASIL, 2010). Observe a figura 3, referente à programação da Semana da Consciência Negra:

E.M.E.F.
Manuel Albino Carvalho
Restinga Secca-RS

De 17 à 21 de novembro de 2014



**SEMANA
DA
CONSCIÊNCIA NEGRA**

Programação

27 de Novembro / Segunda-Feira	10h: Abertura da Semana da Consciência Negra na Escola com a presença de Autoridades e Convidados das Comunidades.
28 de Novembro / Terça-Feira	Atividades Curriculares e Oficinas na Escola.
29 de Novembro / Quarta-Feira	08h: Apresentações de Música, com a participação dos alunos da E.M.E.F. Zeca de Setembro de Vila Rosa, atividades de integração.
	10h: Palestra com o Profº Eldiro Ceolin: "Juventude: O Papel do Estudante no Contexto Atual". 13h: Palestra com o Profº Eldiro Ceolin
20 de Novembro / Quinta-Feira	08h: Celebração do Dia da Consciência Negra, com presença de Autoridades e Convidados das Comunidades. * Apresentação de Dança * Capoeira * Escolha de Mais Beta Negra da Escola
21 de Novembro / Sexta-Feira	10h: Apresentação de dança do Instituto Alex Prodnkow, com o Profº Sérgio Pinheiro. 13h: Palestra com o Profº Lair: "A Trajetória do Negro no Mundo Atual".
22 de Novembro / Sábado	09h: Abertura / Centro Comunitário Nossa Senhora de Fátima Palestras: "Inclusão Social" e "Acesso as Políticas Públicas". Relato sobre a trajetória das comunidades. Palestra com o Dr. Luiz Alberto Dias – Betinho * Discussão e Encaminhamento de Prioridades.

Figura 3 - Folder da Programação da Semana da Consciência Negra.

Fonte: Escola Manuel Albino Carvalho. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/manuel.albinocarvalho?fref=ts>>. Acesso em: 16 set. 2015.

Como observamos na figura 3, a escola Manuel Albino Carvalho criou um cronograma das atividades referentes ao Dia da Consciência Negra, que se desenvolve em uma semana com comemorações envolvendo alunos e convidados das comunidades Rincão dos Martimianos e São Miguel dos Pretos. Em alusão à Semana da Consciência Negra, a escola promove oficinas e atividades extracurriculares diversas, como apresentação de musicais vindos de outra escola rural do município, palestras com professores, convidados e membros da comunidade sobre inclusão social e políticas



públicas, sessões de relato sobre a trajetória das comunidades, apresentações de dança e capoeira e escolha da mais bela negra da escola.

A Semana tem por finalidade preservar, incentivar e disseminar a cultura afro-brasileira, o que se confirma pelo fato de as atividades serem extracurriculares. Partindo das comemorações para a valorização da cultura africana, com espelho em Palmares, a escola formula e implanta políticas públicas que reforçam a participação das comunidades negras rurais nos processos de desenvolvimento étnico e cultural.

Tendo em vista o calendário das comemorações, é importante observar que, em um desses dias, há a participação de outra escola rural. De um lado, isso fortifica o vínculo da educação do campo e da escola com as comunidades que preservam a cultura local; de outro, deixa à margem, mais uma vez, a relação do campo com o urbano, pois não há integração com outras escolas do município que não sejam estritamente rurais. A comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra é feita pelos sujeitos do quilombo para eles mesmos e para outros sujeitos que, como eles, tem seu processo de escolarização qualificado pelo território geográfico.

Observe-se a figura 4:



Figura 4 – Imagens das comemorações da Semana da Consciência Negra.

Fonte: Escola Manuel Albino Carvalho. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/manuel.albinocarvalho?fref=ts>>. Acesso em: 16 set. 2015.

Atentando para as imagens presentes na Figura 4, observamos que as atividades voltadas para o Dia da Consciência Negra evocam sentidos de comemoração, em tributo à história e à memória dos negros, mas, ainda assim, a contradição se reinscreve, porque tais comemorações não ultrapassam o limite do próprio campo. Ademais, observa-se, pelas imagens, que, se há espaço, nas comemorações, para as vestimentas, os hábitos e os rituais típicos, há também para a língua materna, a língua de casa, a língua dos antepassados e do presente, o que, no dia a dia da sala de aula, está em constante negociação e processo de silenciamento frente ao aprendizado da gramática da língua nacional.

Conclusão

Com o decorrer deste trabalho, foi possível, mesmo que não de modo fatigante, levantar pontos essenciais da análise acerca das políticas de língua que incidem no modo como a língua e a memória dos sujeitos significam e são postas em funcionamento na constituição das comunidades quilombolas de Restinga Sêca, Rincão dos Martimianos e São Miguel dos Pretos, nos dias atuais. Para nossa análise, recorremos ao livro didático do 4º ano, “Girassol: Saberes e fazeres do campo”, das disciplinas de Língua Portuguesa, Geografia e História, e consideramos a comemoração anual relativa ao Dia da Consciência Negra.

Ao observar as instâncias de trabalho da escola em relação ao funcionamento das comunidades em questão, notamos, no caso do livro didático, que a proposta de educação no campo significa como uma proposta que visa a valorizar o campo e a atuação e vivência do sujeito neste território, mas que, mesmo assim, não deixa de significar como uma prática de separação ou de discriminação de sujeitos em relação ao território em que vivem. Isso se confirma, também, com a comemoração anual da Semana da Consciência Negra, pela falta de interação com outras escolas que não sejam entendidas como do campo.

A partir do presente estudo, mais especificamente, por meio da análise da figura do livro didático relativa ao samba de roda e dos sentidos presentes na semana da Consciência Negra, é possível considerar, como resultado inicial, a afirmação da política de língua de valorização da cidadania pela língua nacional e por tudo o que ela demanda em termos de constituição do sujeito. Isto é, os sujeitos residentes em São Miguel dos Morenos e Rincão Martimianos significam-se a partir de sua língua materna, o crioulo. No entanto, o nacional é relevante pelo reforço da língua do Estado, pela interpretação e produção de textos, pelo aprendizado de novas palavras do dicionário e pelos conhecimentos gramaticais que, o tempo todo, negociam sentidos com tudo aquilo que não faz parte do imaginário da língua nacional, mas, que, mesmo assim, está o tempo todo em relação.

Se o quilombo é um espaço reservado constitucionalmente ao sujeito afro-brasileiro e se a escola direciona seu trabalho para a potencialização da vivência no



campo, isso significa que há um espaço reservado para o sujeito do quilombo, sua língua, suas memórias. Este é um espaço de preservação e, ao mesmo tempo, de reclusão. Constitui-se, portanto, como um espaço em que a língua significa em meio a imaginários sociais, político-jurídicos e geográficos que pressupõem o reconhecimento ao sujeito e que, ao mesmo tempo, o delimitam, assim delimitando a sua própria constituição.

Referências

ALMEIDA, Alessandra Preusslerde. **A concordância verbal na comunidade de São Miguel dos Pretos, Restinga Seca, RS**. 2006. 158 f. Dissertação (Mestrado em Letras), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Curso de Pós-Graduação em Letras, RS, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil De 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>.

Acesso em: 25 out. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI. Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – Brasília: SECADI, 2012.

Disponível

em:

<http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2015

_____. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Presidência da República

Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 4 nov. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm>.

Acesso em: 20 de nov. 2015.

CARPANEDA, I. P. M.; BRAGANÇA, A. D.; MIRANDA, S. A. P. **Girassol: Saberes e fazeres do campo**, 4º ano. São Paulo: FTD, 2012.

CASTELLO BRANCO, Luiza Kátia Andrade. **A palavra crioulo em discursos sobre a língua de Cabo Verde**. Fragmentum. Santa Maria: UFSM, n. 33. Abr./ Jun. 2012.

Disponível

em:

<<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/fragmentum/article/viewFile/6748/4073>>.

Acesso em: 19 de nov. 2015.

CERVO, Larissa Montagner. **Língua, patrimônio nosso**. 2012. 196 f. Tese (Doutorado em Letras), Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, RS, 2012.

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL MANUEL ALBINO CARVALHO. Fotos. Restinga Sêca, 2015. Disponível em:

<<https://www.facebook.com/manuel.albinocarvalho?fref=ts>>. Acesso em: 16 set. 2015.



GIULIANI, Silvia. São Miguel: **Origens de uma comunidade afro-brasileira**. 2001. 90 f. Monografia (Especialização em História Regional), Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, RS, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Língua e conhecimento linguístico**: Para uma História das Ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Língua imaginária e língua fluida. In: **Língua Brasileira e Outras Histórias: Discurso sobre a língua e ensino no Brasil**. Campinas: Editora RG, 2009.

_____. **Cidade dos Sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

_____. **Política Linguística no Brasil**. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **Ética e Política Linguística**. Línguas e Instrumentos Linguísticos, Campinas, v. 1, n. 1, p. 7-22, 1998.

_____. **A Língua Brasileira. Ciência e Cultura**. São Paulo, n.2, vol. 57, Abril/Jun. 2005. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252005000200016&script=sci_arttext>. Acesso em: 28. out. 2015.

ORLANDI, E. P.; SOUZA, T. C. C. **A língua imaginária e a língua fluida: dois métodos de trabalho com a linguagem**. Campinas: Pontes, 1988. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/165424/mod_resource/content/1/Orlandi.%20A%20lingua%20imaginaria%20e%20a%20lingua%20fluida..pdf>. Acesso em: 7 nov. 2015.

PAYER, Maria Onice. **O trabalho com a língua como lugar de memória**. Synergies Brésil. n. 7, p. 37-46, 2009. Disponível em: <<http://gerflint.fr/Base/Bresil7/payer.pdf>>. Acesso em: 15 de nov. 2015.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. **Língua em museu: institucionalização de um nós no recobrimento de um resto histórico**. Letras, Santa Maria, n. 46, v. 23, p. 225-244, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/viewFile/11750/7179>>. Acesso em: 25 out. 2015.

SCHERER. Amanda Eloina. Subjetividade, inscrição, ritmo e escrita em voz. In: MARIANI, Bethania. (org.). **A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e em psicanálise**. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 13-20.

UNESCO. Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Paris, 17 de outubro de 2003. Tradução Portuguesa. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>>. Acesso em: 6 nov. 2015.

Recebido Para Publicação em 17 de junho de 2016.

Aprovado Para Publicação em 21 de setembro de 2016.